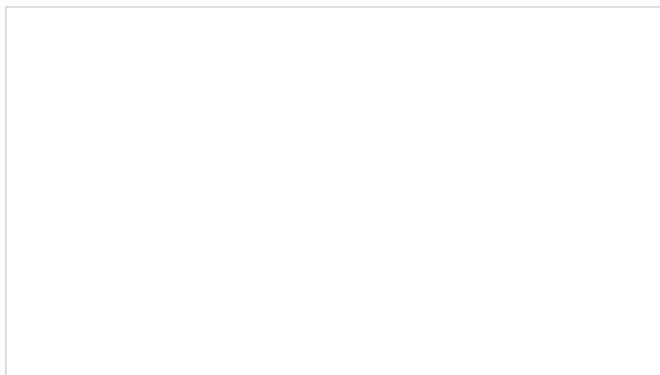


Governo segue mobilizado para levar alento a familiares das vítimas de Brumadinho

Ter 24 janeiro



PCMG / Divulgação

Nesta quarta-feira (25/1), completam-se quatro anos desde o rompimento da barragem na mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, tragédia que tirou a vida de 272 pessoas (duas estavam grávidas) e é considerada um dos maiores desastres ambientais do país. Do dia do rompimento até hoje, as [Forças de Segurança](#) do [Governo do Estado](#)

seguem empenhadas em dar uma resposta aos familiares e à memória de seus entes queridos. A [Polícia Civil de Minas Gerais \(PCMG\)](#) faz parte desse esforço coordenado, seja para solução das causas do rompimento e responsabilização pelo fato, como também na identificação das vítimas.

“Em um ano, concluímos um inquérito policial robusto, capaz de fornecer elementos que indicaram decisivamente crimes ambientais e contra a vida. Dessa forma, esperamos trazer respostas aos entes queridos das joias (como são chamados pelos familiares os entes queridos que perderam a vida) de Brumadinho, para que possam se despedir de seus familiares e ter a certeza de poder contar sempre com uma Polícia Civil forte, empenhada na persecução criminal, e, ao mesmo tempo, sensível às dores de vítimas, familiares e amigos”, enfatiza o chefe da instituição, delegado-geral Joaquim Francisco Neto e Silva.

Até o momento, 267 vítimas já foram identificadas. Dessas, 183 tiveram a confirmação pelo exame de papiloscopia (análise das impressões digitais); 50 por DNA; 32 por Odontologia Legal e duas por Antropologia Forense (quando os indivíduos apresentam particularidades que permitem suas identificações). Atualmente, 37 amostras estão em análise de DNA.

Identificações

A diretora do Instituto Médico-Legal Dr. André Roquette (Imlar), médica-legista Naray Aparecida Paulino, explica que as identificações feitas pela equipe são analisadas ainda na base Bravo, em Brumadinho, e depois remetidas ao Imlar, onde é feita nova verificação.

“Pelo tempo dos desaparecimentos, os casos recentes estão sendo remetidos ao Instituto de Criminalística (IC) para identificação por DNA”, detalha Naray. “A PCMG permanecerá sempre em busca dessas três pessoas no desejo de poder devolvê-las às suas famílias e, ao mesmo tempo, contribuir para o fechamento desse luto individual e coletivo”, conclui.

Atuação imediata

Desde a primeira notícia do desastre,



equipes da PCMG estiveram no local para os atendimentos iniciais, com auxílio inclusive da Coordenação Aerotática (CAT) para busca de sobreviventes e resgate de animais.

No primeiro mês após a queda da barragem, a equipe da Academia de Polícia Civil (Acadepol-MG) ficou responsável pelo acolhimento e pelo cadastro das famílias que foram

levadas a Belo Horizonte para o reconhecimento das vítimas. No Imlar, policiais civis coletaram material genético de familiares para auxiliar nos processos de identificação.

PCMG / Divulgação

Outra mobilização importante foram as seis Comissões Volantes, promovidas pelo Instituto de Identificação da Polícia Civil, que resultaram na emissão de quase 800 carteiras de identidade para as pessoas atingidas.

Investigações

Com a conclusão do inquérito policial, a cargo do Departamento Estadual de Investigação de Crimes Contra o Meio Ambiente (Dema), no dia 20/1/ 2020, quase um ano após a tragédia, a Polícia Civil indiciou 16 pessoas físicas pelos crimes de homicídio qualificado, crime contra a fauna, crime contra a flora e crime de poluição. Além disso, duas pessoas jurídicas foram indiciadas por crime contra a fauna, crime contra a flora e crime de poluição.

O delegado Luiz Otávio Paulon, um dos responsáveis pelas investigações à época, lembra como foi o processo. “Foi um trabalho muito complexo. Seja pela análise de dados – praticamente cinco terabytes de material digital apurados –, seja por dezenas de aparelhos eletrônicos periciados, ou, ainda, por quase duas centenas de pessoas ouvidas”, destaca Paulon, complementando que entende que as investigações foram bem-sucedidas no sentido de que o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ofereceu a denúncia ao Poder Judiciário refletindo a mesma conclusão do inquérito policial.

Houve, ainda, voltada à repressão de crimes no município, a conclusão de diversos inquéritos policiais, com destaque para os delitos de estelionato e roubo.

A estimativa da Polícia Civil é que a Operação Brumadinho tenha envolvido diretamente mais de 400 profissionais — delegados, escrivães, investigadores, médicos-legistas, peritos criminais e servidores administrativos.

Os trabalhos para identificação dos desaparecidos remanescentes continuam.